



DECLARAÇÃO ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 57º do CCP)

1- José António Silva Rodrigues Marques Grácio, portador do cartão de cidadão 10198017 5ZY6 válido até 02/08/2020, na qualidade de procurador da empresa José Marques Grácio, S.A., Empreiteiro de Obras Públicas, com sede social em Cabaços, freguesia de Pussos São Pedro e concelho de Alvaiázere, Contribuinte nº500.738.793, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **"CONSTRUÇÃO DE CONDUTAS E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DO EMISSÁRIO DE CARNIDE- LOURIÇAL / EEAR DE S. JOÃO DAS TÁBUAS"**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração Anexo I do CCP, certidão permanente e procuração;
- b) Nota justificativa do preço proposto;
- c) Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra;
- d) Declaração de Preços por subcategorias e cópia alvará;
- e) Declaração, certidão permanente e cópia de alvará do Subempreiteiro;
- f) Lista de preços unitários em formato "PDF", LPU em formato "Excel", Resumo de lista de preços unitários;
- g) Proposta de preço elaborada de acordo com o anexo II do convite;
- h) Plano de trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de mão de Obra;
- i) Plano de pagamentos, cronograma financeiro;
- j) Declaração de preço anormalmente baixo;

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Cabaços, 6 de fevereiro de 2019

JOSÉ MARQUES GRÁCIO, S.A.

(José António Silva Rodrigues Marques Grácio)

Procurador